

A questão dos espoliados de Goa foi lembrada a Mário Soares, antes da sua partida para a União Indiana. Várias famílias portuguesas estão à espera de receber bens e valores que ascendem a mais de 15 milhões de contos. É um assunto previsto nos tratados, infinitamente mais importante do que o caso das «jóias da Índia».

INCOMPLETE

Espoliados de Goa avisaram Soares

Semanário
1/2/92

Em 3 de Novembro de 87, o jornal «The Navind Times», que se publica em Goa, referia uma declaração do então embaixador de Portugal em Nova Delhi, António Magalhães Collaço, contestando a expressão «Goa's gold» ou jóias da Índia - então em uso na imprensa indiana e que posteriormente fez sucesso em Portugal. Dizia o nosso embaixador que a expressão podia fazer criar a ideia de que Portugal se apoderara de alguma «riqueza pública» quando o que acontecera é que um banco - o BNU - «assumindo as suas responsabilidades com os seus clientes segundo as melhores tradições bancárias», era o fiel depositário de objectos que lhe foram entregues como garantia de empréstimos concedidos antes da invasão. Os objectos estavam à disposição dos seus legítimos proprietários - cidadãos de Goa, que não o Estado Indiano - aos balcões do BNU, bastando a estes mandatários representantes, exhibir os recibos e fazer prova do pagamento dos empréstimos para que os objectos dados como garantia lhes fossem devolvidos. E foram: algumas dezenas de goeses enviaram para Lisboa procurações e demais documentos legais, tendo recebido de volta os seus bens, muito antes de o assunto ter adquirido «dignidade de Estado» e foros de escândalo internacional, impedido, ao que se disse, da tão desejada visita à Índia do chefe de Estado português, que agora se concretiza.

«Inimigos da Índia»

É mais grave a questão dos espoliados e está por resolver. No seguimento da invasão de 1961, todos os residentes em Goa que pretendessem manter a nacionalidade portuguesa eram declarados «inimigos da Índia». E ainda hoje continua em vigor o «Evacuees Enemy's Property Act» e outras leis que justificaram o confisco dos seus bens. Citamos alguns casos: os Távora reclamam em Gudem, Siolim, uma propriedade de 31 hectares; os Noronha querem reaver as suas terras situadas no antigo condado de Mayem; a



Soares em Jaipur: depois do prazer, as obrigações

família dos Mascarenhas e Friuza luta nos tribunais indianos pela devolução das propriedades que durante séculos foram suas em Damão e Verodá; muitos anónimos reclamam o direito às suas casas e quintais.

Diferença entre Soares e Sampaio

Ainda o ano passado, aquando da visita a Portugal do presidente da União Indiana, os espoliados dirigiram ao Presidente Soares uma exposição, que aparentemente não surtiu efeito. Mais recentemente dirigiram-se ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, de quem receberam a resposta de que «deviam esperar pelas sentenças dos tribunais indianos».

As famílias espoliadas não se conformam. Se é certo que a nota diplomática assinada por Soares em Nova Delhi no dia 31 de Dezembro de 1974 proclamava o reconhecimento da soberania da Índia, retroactivamente à data da invasão e nos termos da Constituição indiana (ambas as cláusulas são jurídica e constitucionalmente impossíveis, segundo um estudo a que tivemos acesso), já o Tratado assinado em 3 de Junho de 1975 no Palácio das Necessidades por Melo Antunes e Jorge Sampaio (então secretário de Estado da Cooperação Externa) diz no seu artigo terceiro muito

explicitamente que Portugal e a União Indiana «assumem o compromisso de resolver por meio de negociações bilaterais as questões entre eles, incluindo as respeitantes à propriedade, bens ou reclamações dos cidadãos dos respectivos países, bem como as questões relativas à propriedade estatal e aos bens de cada um dos Estados nos territórios do outro». Esta disposição foi lembrada pelo União I... «dignidade» questão c... sado esqu... para defe... de cidac... nos antí... Goa, Dar... Nagar-A... as famílias

Espera resulta

Outra... se põe à... guesa é a... consulad... Segundo... cas, as au... nunca vir... essa eve... vez que a... tada, os... notar qu... que se en... os const... important... ferência d... ção const... para Goa... qualquer... go territó...

tuguês da Índia, sempre foi assunto a que a diplomacia indiana preferiu não dar seguimento. E compreende-se porquê: temem a «internacionalização» de Goa e preferem não ter por perto qualquer representante, mínimo que seja, da soberania portuguesa. Portugal também não tem feito do caso uma questão de princípio nem apresentou «exigências». Na verdade,...